

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PAULO PETTRYCK SOUSA MATOS

**INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NAS AULAS DE
DANÇA EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

São Luís

2021

PAULO PETTRYCK SOUSA MATOS

**INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NAS AULAS DE
DANÇA EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Educação Física.

Orientadora: Prof. Dra. Lívia da Conceição Costa Zaqueu

São Luís

2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo (a) autor(a).

Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Matos, Paulo Pettryck Sousa.

Inclusão de estudantes com Deficiência Visual em aulas de Dança na Educação Física Escolar / Paulo Pettryck SousaMatos. - 2022.

51 f.

Orientador (a): Lívia da Conceição Costa Zaqueu. Monografia (Graduação) - Curso de Educação Física, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. Dança. 2. Deficiência Visual. 3. Educação Especial. 4. Educação Física Escolar. 5. Inclusão. I. Zaqueu, Lívia da Conceição Costa. II. Título.

PAULO PETTRYCK SOUSA MATOS

**INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NAS AULAS DE
DANÇA EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Educação Física.

Aprovado em: 01/02/2022

Banca Examinadora

Profa. Dra. Lívia da Conceição Costa Zaqueu
(Orientadora)

Alex Fabiano Santos Bezerra

Raimundo Nonato Assunção Viana

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo central realizar uma revisão de literatura para levantar os aspectos teóricos que fundamentam a inclusão de estudantes com Deficiência Visual nas aulas de Educação Física com o conteúdo da dança. Para tanto, será utilizado o método de pesquisa bibliográfica, que é elaborada a partir de materiais de fontes secundárias já publicadas, objetivando colocar o pesquisador em contato com o que já foi produzido sobre o seu tema, ocasionando o problema central desta pesquisa. Para a pesquisa definiu-se como critério de inclusão pesquisas que abordem a Educação Física Inclusiva/Especial; pesquisas que abordem aulas de dança na Educação Física; e pesquisas que abordem a inclusão de estudantes com deficiência visual. A monografia será iniciada a partir do processo metodológico utilizado para buscar o referencial bibliográfico, onde estão incluídos material documental de monografias, artigos, teses, dissertações de mestrado e livros. As publicações não obtiveram intervalo de tempo utilizado para buscar materiais sobre a temática, além de serem utilizados os descritores: Educação Física Inclusiva, Inclusão de estudantes com Deficiência Visual, Aulas de Dança em Educação Física. A coleta de análise de dados será obtida por meio de enfoque qualitativo, onde a análise depende da capacidade e estilo do pesquisador. A interpretação do material documental pesquisado será realizada através de análise de conteúdo de Bardin (1977) que significa um conjunto de técnicas das análises e comunicações, seguindo fases de: organização da análise, codificação, categorização, tratamento e a interpretação. Os resultados obtidos nas análises de materiais documentais, deixam claro que o professor, independente da sua formação, deve buscar sempre evoluir sua didática e conhecimentos para estar preparado para o ato da inclusão, adequando o ensino as necessidades dos alunos, e que este é o principal responsável por quebrar paradigmas sobre estereotipagem de conteúdos como a Dança, ensinando que está objetiva a expressão corporal e não moldagem de corpos “certos” para dançar. Foi concluído no trabalho que apesar da existência da inclusão de estudantes com Deficiência Visual em aulas com conteúdo da Dança em Educação Física Escolar, ainda ocorrem muitas dificuldades para a sua real execução e efetivação, em geral ocasionado pelos professores que apresentam déficits na sua formação no que diz respeito a estar apto para trabalhar com o estudante com deficiência, além do despreparo para adaptar um conteúdo que não é do seu domínio.

Palavras-chave: Inclusão, Deficiência Visual, Dança, Educação Física Escolar, Educação Especial.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. OBJETIVOS	12
2.1 Geral	12
2.2 Específicos	12
3. REFERENCIAL TEÓRICO	13
3.1. Breve histórico da educação de estudantes com deficiência visual no Brasil e no Maranhão.....	13
3.2- EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: ASPECTOS RELEVANTES NO TRABALHO DO PROFESSOR PARA A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA.....	16
3.3 - DEFICIÊNCIA VISUAL E DANÇA: RELAÇÃO ENTRE INCLUSÃO DESSES ESTUDANTES COM OS PCN'S DA ARTE.	21
3.4 - EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA NA ESCOLA: ADAPTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA INCLUIR O ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL...	25
4. METODOLOGIA	30
4.1 Tipos de método e pesquisa.....	30
4.2 Critérios de inclusão e exclusão	31
4.3 Procedimentos de coleta e análise de dados.....	32
4.4 Aspectos éticos.....	33
4.4.1. Análise dos riscos e dos benefícios	33
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	48

1. INTRODUÇÃO

Na sociedade, a educação especial/inclusiva é uma modalidade da educação escolar que deve ser oferecida no ensino regular para estudantes que tenham deficiência (BRASIL, 1996). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB propõe que os sistemas de ensino deverão assegurar aos estudantes com deficiência: currículos, métodos e organizações para que as necessidades desses estudantes sejam atendidas (BRASIL, 1996).

No que se refere aos sistemas de ensino em relação ao apoio para os processos inclusivos de estudantes com deficiência, A LDB assegura que nos níveis médio ou superior, os professores possuam especialização adequada para o atendimento especializado, assim como professores no ensino regular que estejam aptos para integrar esses estudantes na classe comum. É oportuno salientar que a formação inicial e continuada deve fornecer aos professores conhecimentos na área da Educação Especial e Inclusiva que os permitam atuar no atendimento às necessidades educacionais específicas dos estudantes com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e ou superdotação (SOUSA; SOUSA, 2016).

O conhecimento dos conteúdos que sejam mais específicos para o atendimento educacional de estudantes com deficiência é necessário. Para tanto, a formação do professor bem direcionada à área da Educação especial e inclusiva será um diferencial na sua atuação pedagógica. Assim, ao aplicar uma metodologia de ensino adaptada à compreensão dos estudantes com deficiência usando estratégias e recursos diversificados, os professores podem despertar o interesse e a motivação, incentivando a autonomia e a criatividade nos alunos. De modo geral, a Educação Inclusiva, baseia-se no pressuposto de que uma instituição como a escola, deva oferecer um currículo que atenda às necessidades de todos os estudantes, inclusive àqueles com deficiência visual, oportunizando o acesso a locomoção e comunicação em seu espaço e dependências. Além disso, deverá possibilitar a realização de aulas que atendam e contribuam com os processos de ensino e aprendizagem (SOUSA; SOUSA, 2016).

Com a garantia dessa Educação Inclusiva, os estudantes com deficiência poderão se adaptar a novas situações de interação, conhecendo os meios ao seu

redor e precavendo-se (SOUSA; SOUSA, 2016). Os autores dizem, que estes estudantes precisam explorar suas possibilidades de modo geral, tais como: liberdade de manusear, tocar e assimilar conceitos do espaço e de objetos, auxiliando com isso os conhecimentos oportunizados pela escola, casa e ambientes sociais. Por conseguinte, estes estudantes devem ter ao seu alcance escolar, elementos que influenciem no aprimoramento dos demais sentidos presentes.

A Educação Inclusiva realizada de forma efetiva dentro do contexto escolar, baseado em instituições que formam indivíduos para serem agentes ativos na sociedade e que devem fornecer um ambiente social que favoreça meios para que os estudantes com deficiência superem barreiras no seu desenvolvimento, devem associar todas suas disciplinas no contexto de incorporar o estudante com deficiência visual de modo geral.

No campo da Educação Física escolar, onde o estudante passa grande parte da infância e adolescência, e que é considerada parte da formação integral do ser humano, a educação do corpo pelo movimento pode abranger a pessoa, deficiente ou não, como um todo (ALMEIDA; COFFANI, 2010). Portanto, para que a disciplina de Educação Física seja realmente inclusiva, é necessário que ela insira o estudante com deficiência em todas as dinâmicas priorizadas no planejamento, favorecendo a participação e experiências vivenciadas por outros estudantes sem deficiência (TINOCO; OLIVEIRA, 2009).

Cabe aqui salientar que os estudantes com deficiência visual, precisam estar incluídos nas aulas de Educação Física, tendo em vista as adaptações que poderão ocorrer nas metodologias de ensino, já que esses estudantes precisam utilizar mais da sua habilidade de percepção, necessitando adquirir mais habilidade motora, tanto para sua locomoção quanto para manipulação (TINOCO; OLIVEIRA, 2009). Neste sentido, compreende-se que este contato poderá ser benéfico para todos os estudantes, pois favorece o respeito e conscientização.

Ainda sobre o estudante com deficiência visual cabe aqui ressaltar que o professor em seu planejamento didático pedagógico poderá priorizar atividades de exploração da escola com o intuito de favorecer o reconhecimento do espaço físico para garantir interações e promover mais autonomia (CIDADE; FREITAS, 2002).

Frente a isso, a partir da metodologia de ensino adotada pelo professor, é necessário priorizar conteúdos relacionados a orientação e mobilidade aos estudantes com deficiência visual e aos outros sem deficiência, especificamente aqueles que enfatizam a postura e deslocamentos em espaços, como: andar, equilíbrio, saltar e destreza de mobilidade (SOUSA; SOUSA, 2016). Logo, desenvolver atividades artísticas que envolvam dinâmica corporal como dança e teatro no ambiente escolar, podem levar os estudantes à compreensão nos diversos tipos de atividades.

Em aspectos gerais, a dança se constitui como elemento expressivo da disciplina de Educação Física no contexto escolar e poderá contribuir aos processos cognitivos e de desenvolvimento da criatividade, sensibilidade, entre outros (PARANÁ, 2006).

De modo geral, a dança é considerada uma atividade essencial para as crianças no que diz respeito a sua formação artística e integração social. Neste sentido, os elementos que a compõe possibilitam o desenvolvimento de estímulos táteis, visual, auditivo, cognitivo e motor (REBELO, 2014).

A dança é um elemento da cultura corporal que orienta a consciência corporal e norteia o trabalho de orientação e mobilidade nos estudantes com deficiente visual, por meio da postura, do andar, do equilíbrio e da coordenação motora (DAMIANI; ROCHEFORT, 2013). Nesta perspectiva, compreendemos que a realização deste trabalho se justifica pôr possibilitar uma análise bibliográfica sobre a compreensão da dança no sentido de propiciar ao estudante com deficiência visual a percepção de ritmo do próprio corpo e o desenvolvimento de noção espaço/tempo associada ou não ao estímulo musical.

No que se refere a consciência corporal, a dança proporciona, ainda, o desenvolvimento da criatividade e até inclusão na sociedade, auxiliando na autoestima e autoconfiança, além da sensação de independência e autonomia ao estudante com deficiência visual (GOLIN, 2002). Neste aspecto: “[...] Dançar é uma maneira que os alunos encontram de se sentirem mais felizes, buscando superar suas dificuldades e conquistar o seu espaço na sociedade [...]” (GOLIN, 2002, p. 06).

Andreani e Nunes (2015) além de Borges, Silva e Carvalho (2016), falam que é possível dançar ou praticar diferentes modalidades de jogos e esportes, desde que se tenha adaptações quanto a recursos e estratégias para suprir as necessidades apresentadas por estudantes com deficiência, objetivando condições viáveis para sua participação nas aulas, para que o aprendizado pelo professor seja efetivado.

Uma das consequências que podem ocorrer aos estudantes com deficiência visual são as dificuldades na aprendizagem decorrentes da falta de recursos de apoio. Assim, podemos relacionar algumas atividades com as quais a visão é de suma importância (encontrar objetos, descrever figuras, identificar cores, [...]) até as relacionadas ao campo visual (orientação e locomoção no espaço, percepção de obstáculos, [...]) que se podem corroborar com déficits para esses estudantes (BORGES; SILVA; CARVALHO, 2016). Desta forma, a inquietação que ocasiona o problema de pesquisa se dá relacionada a saber se um conteúdo como a Dança com tamanha importância para a expressão corporal dentro da Educação Física Escolar é utilizado para incluir estudantes que tenham Deficiência Visual, visto que esse conteúdo pode contribuir de forma efetiva para minimizar as barreiras de déficits que estes alunos possuem. Dada as necessidades que os professores possuem para incluir estudantes com deficiência visual possui, o ensino de conteúdos curriculares da Educação Física como a Dança, mediante estratégias metodológicas, justifica a necessidade de um estudo de revisão bibliográfica nessa temática, com o intuito de compreender os aspectos teóricos que embasam o processo de inclusão desses estudantes com deficiência visual nas aulas de dança em Educação Física nas salas comuns do ensino regular.

Diante do que foi exposto, o presente estudo de revisão bibliográfica pretende responder a seguinte questão central: Quais aspectos teóricos fundamentam a inclusão de estudantes com deficiência visual nas aulas de Educação Física com o conteúdo da dança? Ainda amparado pelos seguintes questionamentos: como identificar aspectos históricos da educação especial e inclusiva de estudantes com deficiência visual? De que maneira levantar a literatura científica da Educação Física na perspectiva inclusiva com o conteúdo dança para

o ensino de estudantes com deficiência visual? De que forma verificar na literatura as adaptações metodológicas feitas pelos professores de Educação Física para incluir estudantes com deficiência visual nas aulas de dança?

2. OBJETIVOS

Para responder aos problemas propostos, foram elaborados os seguintes objetivos:

2.1 Geral

Realizar uma revisão de literatura para levantar os aspectos teóricos que fundamentam a inclusão de estudantes com deficiência visual nas aulas de Educação Física com o conteúdo da dança.

2.2 Específicos

Identificar aspectos históricos da educação especial e inclusiva de estudantes com deficiência visual.

Levantar a literatura científica da educação física na perspectiva inclusiva com o conteúdo dança para o ensino de estudantes com deficiência visual.

Verificar na literatura as adaptações metodológicas feitas pelos professores de Educação Física para incluir estudantes com deficiência visual nas aulas de dança

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica do estudo consistirá nos tópicos a seguir sobre breve histórico da educação de estudantes com Deficiência Visual no Brasil e no Maranhão; aspectos sobre o trabalho do professor para incluir estudantes com deficiência na Educação Física escolar; relação entre inclusão de estudantes com Deficiência Visual e os PCN's da Arte sobre a Dança; adaptações metodológicas para incluir estudantes com Deficiência Visual.

3.1. Breve histórico da educação de estudantes com deficiência visual no Brasil e no Maranhão.

Os aspectos históricos da educação de estudantes com deficiência visual (cegueira/ baixa visão) no Brasil e no Maranhão, estão relacionados de modo geral com a trajetória da Educação Especial e os primeiros atendimentos educacionais para o seu público alvo: alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e/ou superdotação (BRASIL, 2008). Entretanto, aqui destacamos esses aspectos relacionados apenas aos estudantes com deficiência visual (cegueira/baixa visão).

Antes de iniciarmos os aspectos históricos sobre a deficiência visual (cegueira/baixa visão), vale conceituarmos tanto a deficiência na sua forma ampla como suas classificações.

A deficiência visual acontece quando uma doença ocular tende a comprometer o sistema visual e suas funções (OMS, 2019). Quando afetado, o indivíduo apresentará cegueira (quando a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, isso referente a melhor correção óptica) ou baixa visão (onde a acuidade visual está entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, também considerando a melhor correção óptica) (BRASIL, 2004).

Apresentada as definições para identificar se uma pessoa possui ou não deficiência visual, sabe-se que o ensino no Brasil de estudantes com essa deficiência teve influência nos movimentos europeus sobre essa temática, como a Fundação dos Meninos Cegos de Paris em 1784 (DORNELE; PAVAN, 2014). Os

autores falam que os primeiros indícios dessa educação ocorreram no período do Império a partir de Álvares de Azevedo, que ao retornar da França com conhecimentos relevantes para aplicar essa educação, iniciou o ensino de algumas pessoas com deficiência visual. O sucesso e a facilidade dos procedimentos de leitura e escrita em braile observada por autoridades imperiais, levaram à busca no exterior de equipamentos para instrumentalizar uma fundação para cegos denominada Imperial Instituto dos Meninos Cegos (IIMC) em 1854 no Rio de Janeiro, atual Instituto Benjamin Constant (IBC) (JANUZZI, 2001, DORNELE; PAVAN, 2014). Este instituto tinha como objetivo fornecer o ensino básico e profissional aos estudantes.

Vários estudantes que se formaram nesse instituto, começaram a criar em suas cidades natais outras unidades para abrigar e ensinar estudantes cegos como o Instituto São Rafael em Minas Gerais, 1926; o Instituto de Cegos em Salvador – BA, 1929; e o Instituto de Cegos do Ceará em Fortaleza, 1943, o que minimizou a carência de serviços especializados para essa população nesses locais (DORNELE; PAVAN, 2014).

Outro exemplo de outra instituição criada no Brasil foi o Instituto Paranaense de Cegos em 1939, apontada como uma iniciativa de um grupo de pessoas liderado pelo Dr. Salvador de Maio, seu primeiro presidente (TREVISAN, 2000). Um dos objetivos era a habilitação e reabilitação de pessoas cegas e com visão reduzida, funcionando até os dias atuais em regime de internato e semi-internato, oferecendo serviços de psicologia e assistência social e oficina de vassouras e escovas, além de artesanato (TREVISAN, 2000).

Em outros estados brasileiros também foram criadas outras instituições tanto para estudantes com deficiência visual (cegueira/baixa visão) quanto para aqueles com outras deficiências. Vale apontar que essas instituições funcionavam em regime de internato, tirando do convívio da sociedade indivíduos que na verdade não necessitavam ser isolados pelo processo produtivo (BUENO, 2007), onde uma das suas limitações seria o atendimento restrito a poucos estudantes.

Cabe aqui salientar que até o final da década de 1940, a educação para estudantes com deficiência visual (cegueira/baixa visão) era ofertada por meio do

um atendimento educacional segregado, ou seja, em instituições especializadas e não no ensino regular (MAZZOTTA, 2005). Neste sentido, vale destacar que a educação desses estudantes nas classes comuns do ensino regular só ocorreu em 1950, em duas escolas, uma situada na capital do Rio de Janeiro e outra na capital de São Paulo (MAZZOTTA, 2005). Sendo provável que esta ação foi devida a adoção de metodologias educacionais que permitiram integrar esses estudantes neste contexto educacional.

O fato das primeiras experiências em educação inclusiva para estudantes com deficiência visual (cegueira/baixa visão) vem demonstrar que estas ações ficaram restritas a capitais, em detrimento da grande população das outras regiões do país (LEMOS, 2000). Assim, a ampliação de instituições educacionais para o atendimento a esses estudantes só ocorreu alguns anos depois no cenário brasileiro.

As experiências educacionais integradoras foram um marco para que os estudantes com deficiência visual (cegueira/baixa visão) tivessem acesso às classes comuns do ensino regular, o que possibilitou a criação na década de 60 dos serviços de ensino itinerante e da sala de recursos (BRASIL, 1995). Entretanto, esses serviços mostraram-se ineficazes no atendimento às necessidades educacionais desses estudantes. Assim, frente as inúmeras dificuldades enfrentadas por esses estudantes nas classes comuns, os movimentos sociais liderados por pais e professores de São Paulo reivindicaram uma proposta de atendimento mais inclusivo e que viesse ao encontro das necessidades desses estudantes.

Em 1994, com a criação do Projeto do Centro de Apoio Pedagógico para o Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP), em São Paulo (CRUZ, 2002) que visava garantir aos estudantes com deficiência visual (cegueira/baixa visão) acesso aos recursos específicos necessários ao seu atendimento educacional como uma unidade de apoio pedagógico e suplementação didática ao sistema de ensino regular (CRUZ, 2002). O Ministério da Educação (MEC), considerando a carência de locais específicos para prestar atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência visual, por meio da Secretaria

de Educação Especial, responsabilizou-se pelo Projeto, ampliando-o em 27 Unidades Federadas.

Amparada em uma tendência nacional, apenas em 1964 foi criada no Estado do Maranhão, a escola São João, financiada pela Loja Maçônica de São Luís, que veio em seguida a se chamar Escola de Cegos do Maranhão (ESCEMA) instituição filantrópica, em São Luís (CHAHINI, 2005, CASTRO, 2003). Ressaltamos, que o atendimento educacional nas instituições especializadas era ofertado apenas para estes estudantes sem a possibilidade de integração nas classes comuns do ensino regular.

Outro fato importante no Maranhão, foi a fundação do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual do Maranhão - CAP "Ana Maria Patello Saldanha", em 2001, na cidade de São Luís - MA (COSTA, 2004). Assim temos o marco da educação dos deficientes visuais no Maranhão, fato que ocorre concomitantemente com a história de toda a educação especial no Estado.

3.2- EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: ASPECTOS RELEVANTES NO TRABALHO DO PROFESSOR PARA A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA.

Dentro do contexto histórico da Educação Inclusiva/Especial, têm sido adotados instrumentos para dar legalidade de oportunidades e acesso de crianças e jovens no ensino regular, independente de suas condições serem com ou sem deficiência. É o que diz Gorgatti (2005), sendo afirmado em diferentes cenários como a criação da Declaração de Salamanca em 1994, que em suma visa incluir os diversos tipos de estudantes com deficiência no ensino regular (escola) e dar o apoio necessário independente da faixa etária (SOUSA; SOUSA, 2016). Também como descrito no artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, deve ser ofertado atendimento educacional especializado gratuito para deficientes e outros estudantes com níveis de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996). A análise do parágrafo descrito no artigo,

possui o intuito de integrar/incluir esses estudantes deficientes com os demais não deficientes.

Em conseqüente, “o princípio da inclusão defende que a sociedade deve fornecer as condições para que todas as pessoas tenham a possibilidade de ser um agente ativo na sociedade” (TANURE-ALVES; DUARTE, 2005, p. 231). Observando o que foi descrito sobre a Educação Inclusiva, as pessoas com deficiência possuem direitos que tornam sua inclusão na escola um caminho obrigatório e pautado também na formação de um cidadão preparado para desempenhar papéis ativos na sociedade.

Enquanto instituição social mediadora no processo de formação do indivíduo para com a sociedade, a escola deve fornecer um ambiente que favoreça aos estudantes com deficiência meios para a superação de barreiras no seu desenvolvimento e diferentes ações pedagógicas para flexibilizar o processo de inclusão (SOUSA, SOUSA, 2016; COSTA, 2010).

Nos ciclos do ensino básico, o Ensino Fundamental (1° ao 9°) é aquele que constitui no maior tempo de vivência de um estudante com o meio escolar, tornando-o um ambiente de importante relevância, não só em termos educacionais quantitativos, mas no desenvolvimento em todos os aspectos nas fases de criança e adolescência.

A Educação Física, matéria obrigatória do componente curricular do ensino básico, além de ser disciplina que deve adequar-se a faixa etária e condições da população escolar, possui nos seus princípios norteadores que a inclusão estabelece a sistematização de objetivos, conteúdos, processos de ensino, aprendizagem e avaliação como forma de introduzir os estudantes na cultura corporal de movimento (BRASIL, 1996; BRASIL, 1998). Para os estudantes com deficiência, essa cultura corporal se torna umas das formas de superar seus déficits e barreiras no desenvolvimento.

Os estudantes com deficiências, independente de qual seja e da limitação que ela causar, encontram na Educação Física atividades que desenvolvem os estímulos necessários nas áreas de maior déficit e ampliam as habilidades positivas que os alunos já possuem (TINOCO; OLIVEIRA, 2009). Dessa

forma o aluno desenvolve-se por inteiro de uma forma harmoniosa e condizente também com seu desenvolvimento humano.

As atividades que a Educação Física irão proporcionar ao estudante deficiente, devem ser orientadas por um docente especializado e preparado ao processo de inclusão, para realiza-las de forma benéfica e segura ao aluno. Essa afirmativa está assegurada inicialmente por Brasil (1996, p. 19) que diz em seu documento que os sistemas de ensino darão aos estudantes com deficiência professores especializados para atendimento das necessidades especiais, assim como “professores do ensino regular capacitados para a integração desses estudantes nas classes comuns”. Rodrigues (2006) também assegura a afirmação anterior ao dizer que esse processo de inclusão, realizado por exemplo pelo professor de Educação Física, lhe é extremamente benéfico, pois suas propostas metodológicas podem usar o corpo, o movimento e a expressão, que estão dispostas no campo dessa disciplina, como oportunidades para vislumbrar à diferença e proporcionar para os alunos experiências que realcem atos de cooperação e a solidariedade entre eles. Este mesmo autor fala que professores de Educação Física, são considerados profissionais com atitudes positivas e favoráveis no processo de inclusão e que além de levantar menos problemas nestas situações, ainda encontram soluções com maior grau de facilidade para casos difíceis.

Há uma necessidade de conhecimento dos fatores que influenciam a prática pedagógica para subsidiar a formação do professor, em nível inicial ou continuado. No caso da inclusão de pessoas com necessidades especiais em aula de educação física na escola, é indispensável ao professor a formação mesmo que básica em princípios da educação física adaptada e a participação em discussões que envolvam as temáticas inclusão e diversidade. (ALMEIDA; COFFANI, 2010, p. 58).

Porém, a exclusão de estudantes com deficiência pelo professor é um fator apresentado por Tanure-Alves e Duarte (2005) e Gorgatti (2005) como ocasionado pela falta de um profissional preparado e de qualidade, além do receio geral destes profissionais em não atender da forma certa as necessidades que os estudantes possuem. Os professores se sentem despreparados e incapazes de promover à inclusão visto sua formação com “pouca bagagem” sobre o tema. O contexto histórico da sociedade, onde a reminiscência cultural e práticas sociais

fazem parte, mostram que de fato a educação especial não se institui como parte do currículo para a formação básica do docente, de modo a dar-lhe insegurança para atuar com deficientes nas escolas, pois é vislumbrada como formação especial para quem almeja trabalhar com este público (SOUSA; SOUSA, 2016). Além do mais, uma análise inicial do tipo de necessidade especial é necessária para que procedimentos específicos sejam traçados pelo professor de forma eficaz, objetivando atingir uma inclusão eficiente e benéfica para todos os envolvidos. Cada estudante com necessidade, possui diferentes tipos de graus e limitações a serem trabalhados (BRASIL, 1998).

Em estudos propostos por Silva e Souto (2015) e Costa (2010), foi concluído que o professor é apontado pelos estudantes como o principal motivo da não participação nas aulas de Educação Física nas escolas, assim como sua prática não condiz com o processo de inclusão. Esses autores afirmam que essa situação leva a supor que “os professores não tiveram a disciplina específica na graduação ou não fizeram qualquer curso de capacitação continuada na área”.

Torna-se um desafio para o professor ter uma ação pedagógica que priorize todos os estudantes independente da condição, necessitando lidar com aqueles que possuem maiores ou menores dificuldades para aprender (TINOCO; OLIVEIRA, 2009). Conhecer esses estudantes que possuem necessidades educacionais, assegura ao professor a adequação de sua metodologia para melhor utilizá-la (CIDADE; FREITAS, 2002). Dessa forma, se evita problematizações a seguir propostas por Costa (2010):

- A falta de estímulos aos docentes em incentivar os (as) estudantes a participarem das atividades esportivas e de lazer;
- Há impregnado no imaginário de alguns (mas) docentes o estigma de que a Educação Física não é importante para a escola;
- Ao dialogar com os (as) docentes do componente curricular de Educação Física notei que não há prioridade destes (as) ao elaborar seu planejamento, daí não se priorizam os deficientes (COSTA, 2010, P. 896).

Borges, Silva e Carvalho (2016) também afirmam que adversidades como as apontadas anteriormente são dificuldades encontradas pelos professores de Educação Física no processo de inclusão com estudantes deficientes. Estas dificuldades como a preparação profissional, são apontadas por Costa (2010) pela

falta de cursos de formação em licenciaturas que preparem, qualifiquem e habilitem os professores de Educação Física a atuar com deficientes na educação Básica. Toda a questão da problematização com a formação docente afirma a existência e necessidade desta revisão bibliográfica, justificando a necessidade de se achar soluções efetivas para melhorar o processo inclusivo.

A solução possível [...] seria a estimulação de uma preparação profissional de qualidade, na qual seriam fornecidas informações sobre metodologias e estratégias de ensino que auxiliasse no processo inclusivo do aluno deficiente. Basicamente, essas informações teriam como ênfase as adaptações que podem ser realizadas nas aulas de educação física, bem como em seus recursos esportivos e recreacionais (TANURE-ALVES; DUARTE, 2005, p. 233).

Fernandes, Costa Filho e Laochite (2019) dizem em seu relato de pesquisa que o quanto um professor acredita ser capaz de realizar um ensino inclusivo pode influenciá-lo na ação pedagógica, afirmando pensamentos anteriores, onde o despreparo advindo da formação do professor acarreta em fatores que dificultam a inclusão de estudantes com deficiência. Há plena necessidade de capacitar professores, além de fazer adaptações necessárias para receber estudantes com deficiência. O docente precisa também ter paciência dentro no trabalho que será conduzido para efetivar a inclusão desses estudantes, pois os resultados podem não se apresentar de forma imediata visto que fora a condução do professor também é levado em conta a experiência do estudante no repertório motor. Não se deve forçar uma ação que leve o aluno a frustração, acima de tudo trabalhar o lado motivacional irá proporcionar progressão para ambos os lados (TINOCO; OLIVEIRA, 2009).

É oportuno salientar que nas situações nas quais o docente atua em prol da educação inclusiva, o seu posicionamento e compromisso o levará a priorizar em seu planejamento conteúdos e metodologias de ensino que venham ao encontro das necessidades dos estudantes com deficiência que estão matriculados na sua turma.

3.3 - DEFICIÊNCIA VISUAL E DANÇA: RELAÇÃO ENTRE INCLUSÃO DESSES ESTUDANTES COM OS PCN'S DA ARTE.

Uma atenção especial a ser desenvolvida nas aulas de Educação Física, é o trabalho de orientação e mobilidade, já que a locomoção é uma tarefa complicada para muitos deficientes visuais. A orientação refere-se ao uso dos sentidos remanescentes para estabelecer a posição do corpo, relacionando-o com o ambiente e seus objetos; e mobilidade refere-se à resposta, através do movimento aos estímulos internos e externos (TINOCO; OLIVEIRA, 2009).

A deficiência visual pode ser classificada como cegueira e baixa visão. A definição para essas classificações, se dá dependendo do grau de acuidade visual (capacidade de perceber detalhes de um objeto em determinada distancia) e do campo visual (distancia que os olhos conseguem abranger) que o indivíduo possui (BORGES; SILVA; CARVALHO, 2016). As autoras falam ainda que o diagnóstico é necessário para que possa ser desenvolvido práticas educativas em um contexto inclusivo no ensino regular, pois as estratégias educacionais devem condizer com a deficiência visual para promover a aprendizagem e o desenvolvimento corretos. Esses caminhos também dizem respeito as causas ao qual a deficiência ocorreu. Após o conhecimento de modo mais assíduo, é que pode-se chegar à uma proposta de como trabalhar com cada estudante, conforme segue abaixo:

Ao planejar as aulas, o professor deve considerar o desenvolvimento motor da criança, observar suas ações físicas e habilidades naturais. Deve estimular a pesquisa consciente a fim de ampliar o repertório gestual, capacitar o corpo para o movimento, dar sentido e organização às suas potencialidades. Deve estimular o aluno a reconhecer ritmos — corporais e externos —, explorar o espaço, inventar sequências de movimento, explorar sua imaginação, desenvolver seu sentido de forma e linha e se relacionar com os outros alunos buscando dar forma e sentido às suas pesquisas de movimento. (BRASIL, 1997, p. 49).

Em concordância com o exposto acima, compreende-se que por meio do corpo em movimento, potencializa-se a expressão da linguagem, principalmente a cultural, que envolve a dança, os esportes, entre outros (ALMEIDA; COFFANI, 2010). A dança é um elemento extremamente relevante da Educação Física na

escolar, pois contribui para que o estudante desenvolva a criatividade, sensibilidade, entre outros aspectos. A pouca importância dada a esse conteúdo e a não percepção da sua importância sobre trabalho com a cultura corporal se torna ainda mais clara quando comparada as demais práticas esportivas. O sentido de transportar a dança e todo seu contexto social para a escola, tem base principal na vivência, no conhecimento e na desmistificação sobre a visão estereotipada deste conteúdo, mostrando que a real valorização deve ser da sua riqueza cultural (PARANÁ, 2006).

Na perspectiva da reflexão sobre a cultura corporal, a dinâmica curricular, no âmbito da Educação Física, tem características bem diferenciadas [...]. Busca desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros, que podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 26).

O homem assimila e adquire conteúdo sobre a cultura corporal, através de suas vivências sociais e relações que estabelecem com o outro e o meio em que interagem (ALMEIDA; COFFANI, 2010). Neste aspecto, acredita-se que por meio da dança, o estudante se expressa muito além de usar palavras. As possibilidades de conhecer o seu corpo, liberar energia e descarregar o estresse diário através dos movimentos, proporcionam ao aluno a autonomia e a criticidade (MEIER; KAUFMANN, 1998).

Autores como Pfeifer e Defina (2008) afirmam que os conteúdos presentes nas aulas de dança possuem: técnicas básicas de dança; exploração de movimentos espontâneos; trabalho de postura e equilíbrio; atividades rítmicas e coordenação motora. Porém, esses conteúdos ainda possuem uma visão estereotipada dificultando seu ensino. Para Cruz e Coffani (2015) professores (que apresentam formação profissional insuficiente para trabalhar o conteúdo) encontram preconceito na sua aplicação assim como estudantes (que estereotipam questões de gênero para não participarem das aulas) se negam a participar das

aulas. Parte dessa visão se dá pelos valores estéticos e técnicos aos quais são associados a execução da dança.

Tanto na arte como na educação física reconhece-se que um dos fortes argumentos para a inexistência do conhecimento da dança nas aulas é a ausência de conhecimento por parte do professor. Professores de educação física não se veem capacitados para tratar de um conhecimento que foi desenvolvido em uma ou duas disciplinas em seus processos de formação; (BRASILEIRO, 2008, p. 525).

O professor, ao apresentar o conteúdo da dança para as turmas, deve explicar que quando inserida nas aulas não está pretendendo formar profissionais nessa área. Ela consiste em oferecer aos estudantes uma relação mais efetiva com a possibilidade de aprender e se expressar através do movimento. Alguns temas que podem ser trabalhados seguindo essa visão são: noção corporal, de tempo, de espaço, relação, energia, criatividade e coreografia (CARVALHO; LEBRE, 2011).

Nas atividades coletivas, as improvisações em dança darão oportunidade à criança de experimentar a plasticidade de seu corpo, de exercitar suas potencialidades motoras e expressivas ao se relacionar com os outros. Nessa interação poderá reconhecer semelhanças e contrastes, buscando compreender e coordenar as diversas expressões e habilidades com respeito e cooperação (BRASIL, 1997, p. 49).

A metodologia utilizada para trabalhar a dança, pode conter pontos referentes à ludicidade; envolvimento grupal; orientação e memória espacial; memória auditiva; segurança e comunicação rítmica; autonomia (PEIFER; DEFINA, 2008). Assim, proporcionar uma experiência lúdica por meio do conteúdo da dança nas aulas de educação física ao estudante com deficiência visual, poderá contribuir com a interação deste estudante com os seus pares e promover a inclusão de forma mais expressiva e consciente. Neste sentido, nos apontamentos de Monteiro (2011) “a exploração de situações de índole expressiva, através da dança, proporciona o desenvolvimento da acuidade perceptiva, ampliação das capacidades sensitivas e interpretativas do aluno” (MONTEIRO, 2011, p. 198).

Cabe destacar que as capacidades perceptivas motoras que se consolidam a partir do trabalho da dança são déficits de estudantes com deficiência visual (orientação; memória espacial; autonomia; desenvolvimento rítmico,

perceptivo e sensitivo). A atuação do conteúdo da dança na Educação Física poderá ser benéfica tanto ao professor como ao estudante por desenvolver e aprimorar essas capacidades, além de incluir através da ludicidade.

De modo geral, constata-se que a dança também não está ligada somente a estímulos sonoros, há outros aspectos sensoriais envolvidos como: a propriocepção, que é definida como capacidade independente e automática de perceber movimento e posição de uma articulação no espaço, “caracterizada por aferências neurais cumulativas originadas de mecanoreceptores” por Conduta (2021). Essa resposta inconsciente leva o estudante a produzir adaptação e consciência postural, podendo desenvolver maior sincronia entre segmentos corporais. O comprometimento dessa propriocepção, acarretará em déficits na estabilização postural que podem levar a lesões.

Nas aulas dança o educador poderá ampliar suas estratégias de ensino oportunizando aos estudantes a exploração contínua de diferentes ritmos (internos e externos) que também devem ser explorados (BRASIL, 1997). Nessa perspectiva geral apresentada, o papel da dança na Educação Física é o de contribuir no processo de ensino-aprendizagem, de forma a auxiliar o estudante com deficiência visual na construção do seu conhecimento, além de buscar o benefício do exercício de cidadania e da melhoria da qualidade de vida, quanto sua função acerca da cultura corporal. Assim, este conteúdo da Educação Física poderá mobilizar recursos que despertem em seus praticantes o despertar de suas potencialidades no contexto pessoal e social (ANDREANI; NUNES, 2015).

A dança no espaço escolar de certo modo é até empregada, porém com algumas limitações. Neste aspecto específico, constata-se que o conteúdo não pode ser apenas jogado pelo professor, sendo assim, considera-se necessário analisar e refletir sobre a metodologia de ensino em uma perspectiva inclusiva para estudantes com e sem deficiência visual. Pois, o conteúdo da dança deverá possibilitar reflexões e a consciência dos estudantes de modo que reconheçam a sua importância e isso possa gerar ganhos em suas aquisições cognitivas, contribuindo assim com o processo de ensino-aprendizagem de todos os estudantes participantes das aulas.

3.4 - EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA NA ESCOLA: ADAPTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA INCLUIR O ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, Lei N° 9.394/96, em seu Art. 3º, estabelece que o ensino deve ser ministrado baseando-se em vários princípios, dentre eles está a igualdade tanto de condições e acesso como de permanência na escola (BRASIL, 1996). Isso significa que todos os estudantes, independente das suas necessidades educacionais e especiais, precisam ter meios educativos que lhe forneçam um ambiente acolhedor quanto aos objetivos escolares.

De acordo com a Lei citada acima, a Educação Especial, não é mais reconhecida como um conjunto de práticas com os alunos com deficiência separada das demais, mas como parte do contexto geral da educação de forma mais ampla (SILVA; SOUTO, 2015).

Na escola é importante ressaltar que “o planejamento curricular deve estruturar-se de forma contextualizada voltado para as características peculiares do seu ambiente, ajustando-se à realidade das necessidades básicas e interesses dos alunos” (CARVALHO; LEBRE, 2011, p. 308). Alguns autores referem que as aulas em uma perspectiva da educação inclusiva necessitam de adaptações para que os estudantes com deficiência possam estar incluídos de forma ampla no contexto das atividades de modo a proporcionar a participação efetiva destes estudantes. As áreas de conhecimento presentes nas escolas como a Educação Física, conseguem no decorrer dos anos trabalhar nas aulas os estudantes com e sem deficiência de forma positiva, através de adaptações metodológicas (CARMO, 2006). Segundo Cidade e Freitas (2002, p. 02) “Na escola, os educandos com necessidades especiais devem participar da maioria das atividades de Educação Física, propostas pelo professor, com algumas adaptações e cuidados”. Já Sousa e Sousa (2016), afirmam que crianças com deficiência visual devem estar inseridas nas atividades lúdicas, porém observando com as devidas adaptações necessárias a sua inclusão. Neste mesmo entendimento, Rodrigues (2006) compreende que

essas execuções seriam adaptar, facilitar, tornar tarefas e regras mais fáceis e acessíveis tanto na compreensão como na execução.

A metodologia de ensino utilizada pelo professor, por se tratar de uma necessidade para se conhecer as formas de adaptação do processo de ensino-aprendizagem nas aulas de Educação Física, possibilita o atendimento pedagógico e inclusivo dos estudantes com deficiência. De maneira mais ampla, o professor por meio da sua atuação deverá observar e analisar à forma com que os estudantes com deficiência se relacionam com os demais estudantes não deficientes, principalmente relacionado a fatores comunicativos na aprendizagem (ALMEIDA; COFFANI, 2010. SOUSA; SOUSA, 2016). Neste propósito, as condições são destacadas abaixo:

Garantidas as condições de segurança, o professor deve fazer adaptações, criar situações de modo a possibilitar a participação dos alunos especiais. Esse aluno poderá participar dos jogos ou danças, por exemplo, criando-se um papel específico para sua atuação, onde cada limitação gerará um nível de solução, pois o desenvolvimento da percepção das possibilidades permite a sua conseqüente potencialização. O professor deve ser flexível, fazendo as adequações necessárias no plano gestual, nas regras das atividades, na utilização de materiais e do espaço para estimular, tanto no aluno portador de necessidades especiais como no grupo, todas as possibilidades que favoreçam o princípio da inclusão (BRASIL,1998, p. 57).

Na visão de Rodrigues (2006) adaptar seria conhecer as diferentes possibilidades, que influenciam o desempenho da atividade e realizá-las de forma que crie uma situação de aprendizagem favorável ao deficiente. Este autor também diz que em relação às pessoas deficientes é importante conhecer em específico sua condição, para poder selecionar modificações necessárias para gerar a adaptação. A esse respeito, ressalta que para pessoas com deficiências sensoriais, os aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas informações são os mais críticos a serem adaptados.

A deficiência visual, considerada um tipo de deficiência sensorial, apresenta como forma de compensação, as percepções auditivas e táteis mais apuradas. Neste aspecto, para a aquisição de habilidades motoras, fazem-se necessários estímulos, através de informações sonoras e táteis (TINOCO;

OLIVEIRA, 2009). Além disso, existem outros tipos de adaptações a serem utilizadas para favorecer a inclusão do estudante com deficiência visual nas aulas.

Em termos gerais, o professor não deve preocupar-se somente com instrução, mas também com os recursos didáticos necessários para a aula e adaptação do ambiente em que ela ocorrerá. Golin (2002) mostra em sua pesquisa que as aulas por ela observadas iniciam com os estudantes com deficiência visual realizando um reconhecimento do ambiente para que possam adaptar-se a qualquer objeto e possuir uma noção do espaço que estarão. Abaixo estão sugestões do autor Munster (2004) para tipos de adaptações metodológicas referentes à deficiência visual:

Sugestões de adaptações metodológicas quanto ao tipo de deficiência visual:

Instrução/Orientação: dirigir-se à pessoa chamando-a sempre pelo nome; antecipar as ações verbalmente; utilizar descrição verbal precisa; recorrer a demonstração tátil ou cenestésica se necessário.

Materiais/Equipamentos: substituir informações visuais por sinais auditivos ou táteis; ampliar tamanhos dos materiais.

Espaço físico: conduzir a pessoa para fazer reconhecimento espacial do local; comunicar qualquer alteração na disposição de objetos no espaço; disposição de sinais sonoros no ambiente para facilitar orientação espacial. (MUNSTER; 2004, p. 154-157).

Em relação as sugestões relacionadas ao espaço físico, percebe-se que a condução do estudante com Deficiência Visual é feita pelo professor, onde este deve tocar o aluno orientando-o também de forma verbal sobre o espaço. Se necessário realizar uma condução do estudante levando-o pela mão através do espaço para reconhecimento. Com o tempo, o aluno poderá ser levado através desse processo a autonomia, pois o conhecimento de forma gradual do espaço ocorrerá, levando a orientar-se, fora as instruções e manuseios do professor, através da métrica, onde reconhecerá o espaço pelas passadas que exerceu.

Carvalho e Lebre (2011) propuseram a elaboração de unidades didáticas para explorar as capacidades expressivas gestuais tentando ter também um carácter lúdico, atrativo e motivador para os alunos.

O professor deve instruir, também, o estudante com deficiência visual de forma verbalizada, para que ele entenda as atividades propostas. Os autores que

defendem esta ideia, também citam algumas importantes atribuições que o professor deve realizar:

Capacidade linguística – é de suma importância que o professor conheça a capacidade linguística de seus alunos, já que a comunicação verbal é um dos meios mais utilizados no processo de aprendizagem motora;
Tipo de ajuda prestada – o professor de Educação Física deverá prestar ajuda, ao aluno que dela necessite, quando este for executar o movimento, procurando escolher qual ajuda manual ou mecânica poderá ser necessária aos alunos que apresentam uma deficiência mais severa ou à medida que aumenta a complexidade da resposta motora. No caso do aluno com deficiência visual, a ajuda verbal se configura como elemento básico a ser utilizado pelo professor, constituindo-se, em muitas ocasiões, no elemento que desencadeia o movimento (CIDADE; FREITAS, 2002, p. 05).

Apresentada as diferentes formas que pode-se adaptar as práticas educacionais e de orientação ao estudante com deficiência visual, deve-se também buscar avaliar os resultados para evoluir o processo inclusivo. Munster e Almeida (2006) dizem que as adaptações realizadas nas aulas precisam ser avaliadas e analisadas com constância, pois o processo educacional também sofre mudança periódica, assim como as necessidades dos estudantes que se alteram, precisando de novos e diferentes ajustes.

No cenário atual de pandemia em que vivemos, o ensino se tornou uma incógnita devido o fator presencial que pode promover a proliferação do vírus SARS-CoV-2 (Coronavírus). Aos poucos, aulas remotas e híbridas foram sendo adotadas como forma de minimizar as perdas acadêmicas letivas no ano de 2020, e para isso, tanto os docentes como os estudantes, tiveram que se adaptar à nova realidade de utilizar a tecnologia como forma de ensino remoto, o que pode ter gerado ainda mais adaptações dentro das aulas, principalmente relacionadas ao aprendizado dos estudantes com deficiência.

A tecnologia digital está sendo utilizada tanto para prática como análise e avaliação do discente, que torna a atuação pedagógica do professor e do estudante de se adaptarem ainda mais importante no contexto educacional e inclusivo. Crenzel et al. (2020) destacam que não é apenas o ato de se adaptar às ferramentas tecnológicas disponíveis ou não, mas sim, adaptar-se de modo

complexo aos métodos de educação remota criados às pressas para suprir essas necessidades acadêmicas. Com pouco tempo para planejamento e muito menos para testes. O impacto das medidas tomadas devido à velocidade da disseminação do Coronavírus, tornou possível este grande emaranhado de possibilidades e incertezas (CRENZEL; MENDONÇA-ALVES; ARAÚJO; BASTOS, 2020).

Deve ser ressaltado que não existe necessariamente um método ideal que se aplique no processo de inclusão na Educação Física. O professor precisará estar ciente de que pode combinar variados procedimentos para promover assim o aprendizado, além de redução ou remoção de barreiras para o ensino desse estudante (CIDADE; FREITAS, 2002).

As possibilidades que existem dentro da perspectiva da Educação Física Inclusiva são extensas, ajudando o estudante através de suas atividades práticas a se descobrirem com indivíduos e seres integrantes da sociedade (TINOCO; OLIVEIRA, 2009). Toda a prática a ser utilizada pelo docente, é quem vai viabilizar o processo de ensino e inclusão positiva e segura para os estudantes com e sem deficiência.

4. METODOLOGIA

Neste tópico, serão descritos os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento do presente estudo, ou seja, em quais tipos de método e de pesquisa o mesmo será classificado, quais critérios de inclusão e exclusão foram adotados. Serão descritas, também, os procedimentos de coleta de dados e os aspectos éticos.

4.1 Tipos de método e pesquisa

Os métodos são conjuntos de procedimentos, que buscam atingir os objetivos da pesquisa. Quanto aos procedimentos técnicos que a pesquisa utilizará, será classificada como bibliográfica, pois é elaborada a partir de materiais de fontes secundárias já publicadas, objetivando colocar o pesquisador em contato com o que já foi produzido sobre o seu tema. Vergara (2000) diz que esse tipo de pesquisa é desenvolvido com base em materiais já elaborados, onde os principais meios são livros e artigos científicos, que possuem enorme importância quanto a informações diretas e indiretas coletadas sobre o tema da pesquisa. Neste projeto, foram coletados artigos e livros sobre inclusão de deficientes visuais, trabalho da dança para incluir esses estudantes e estratégias utilizadas por professores para incluir esses deficientes nas aulas de Educação Física.

Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Quanto à natureza, a pesquisa em questão é classificada como básica, que “Objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para avanço da Ciência sem aplicação prática prevista” na concepção de Gerhardt e Silveira (2009, p. 34).

Do ponto de vista dos objetivos que essa pesquisa deseja alcançar, será classificada como exploratória, com o intuito de levantar dados bibliográficos. Gil (2008) diz que esta pesquisa proporciona um desenvolvimento e esclarecimento de ideias oferecendo uma visão ampla e de primeira aproximação a um tema pouco explorado.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa apresenta aspectos qualitativos, onde os dados são trabalhados buscando um significado, baseando-se pela percepção do fenômeno dentro do contexto que está inserido, preocupando-se por sua aparência e essência (TRIVIÑOS, 1987).

Gil (1999) fala que essa abordagem propicia aprofundamento na investigação sobre o fenômeno, estudando suas relações e valorizando a busca do contato direto com a situação em que ocorre.

São algumas características da pesquisa qualitativa: objetivo no fenômeno; ações de descrever, compreender, explicar; observação do que há de diferente nos mundos sociais e naturais; respeito à interação (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Estes autores relatam que a pesquisa qualitativa, não busca uma significância numérica, dando ênfase à compreensão de fator social.

4.2 Critérios de inclusão e exclusão

Critérios de inclusão:

- Pesquisas que abordem a Educação Física Inclusiva/Especial;
- Pesquisas que abordem aulas de dança na Educação Física;
- Pesquisas que abordem a inclusão de estudantes com deficiência visual.

Critérios de exclusão:

- Pesquisas que abordem somente Educação Inclusiva/Especial fora do contexto da Educação Física;

- Pesquisas que abordem aulas de dança na Educação Física sem processos inclusivos de estudantes com deficiência;
- Pesquisas que abordem a inclusão de estudantes com mais de uma deficiência além da deficiência visual.

4.3 Procedimentos de coleta e análise de dados

O processo metodológico utilizado para buscar o referencial bibliográfico foram: a Biblioteca da UFMA, localizada no prédio do CEB Velho; e no Google, plataforma online de busca; assim como variações de sites de busca como Google Books, Google Acadêmico, Scielo, entre outros. Nessa pesquisa foram incluídos material documental de monografias, artigos, teses, dissertações de mestrado e livros. As publicações não obtiveram intervalo de tempo utilizado para buscar materiais sobre a temática, além de serem utilizados os descritores: Educação Física Inclusiva, Inclusão de estudantes com Deficiência Visual, Aulas de Dança em Educação Física.

Várias obras foram utilizadas, dentre elas as seguintes: Juliana Buosi de Almeida e Márcia da Silva Cristina Rodrigues Coffani. Educação Física Escolar: reflexões e perspectivas em relação a inclusão do aluno com deficiência; Fabiana Andreani e Patrícia da Silva Nunes. Dançar especial: dança como fator de desenvolvimento e inclusão social; Tamires Coimbra Bastos Borges, Silvana Maria Moura da Silva e Mariza Borges Wall Barbosa de Carvalho. Deficiência Visual: dificuldades e estratégias do professor no processo de inclusão escolar no ensino médio; José Geraldo Silveira Bueno. Educação especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente; Livia Tenório Brasileiro. O ensino da dança na Educação Física: formação e intervenção pedagógica em discussão.

O procedimento de coleta dos dados será por meio de enfoque qualitativo, onde a análise depende da capacidade e estilo do pesquisador (GIL, 2008).

A interpretação do material documental pesquisado será realizada através de análise de conteúdo de Bardin (1977) que significa um conjunto de técnicas das análises e comunicações, seguindo fases de: organização da análise,

descrita como a inclusão de estudantes com deficiência visual nas aulas de Educação Física com o conteúdo da Dança; codificação, feita por monografias, artigos, livros, teses e dissertações; categorização, realizadas por aspectos históricos da Educação Especial e Inclusiva de estudantes com Deficiência Visual, Educação Física na perspectiva inclusiva com o conteúdo da Dança e adaptações metodológicas de professores da Educação Física, totalizando 3 categorias; tratamento, ao qual foram utilizados e analisados todas as partes dos materiais recolhidos; e a interpretação, que focalizou nos resultados em aspectos qualitativos.

4.4 Aspectos éticos

4.4.1. Análise dos riscos e dos benefícios

A pesquisa não apresentará riscos mínimos, pois o trabalho é de totalidade bibliográfica, na qual a coleta e análise não envolvem nenhum participante.

Acredita-se que os benefícios principais voltam-se ao pesquisador, pois ao mesmo tempo em que se pesquisa sobre um conteúdo de grande relevância para o campo da Educação Inclusiva tem-se a oportunidade também de explorar um tema pouco utilizado nas aulas da Educação Física, acarretando em uma possível temática inovadora.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico serão apresentados os estudos encontrados nas bases de dados do Google acadêmico e no Scielo, referentes ao tema de estudo orientado pelos critérios de inclusão. Com base nas categorias: aspectos históricos da Educação Especial e Inclusiva de estudantes com Deficiência Visual, Educação Física na perspectiva inclusiva com o conteúdo da Dança e adaptações metodológicas de professores da Educação Física.

Abaixo está destacado no quadro 1 os documentos que embasam a categoria aspectos históricos da Educação Especial e Inclusiva de estudantes com Deficiência Visual:

Quadro 1 – Estudos que abordam aspectos históricos da Educação Especial e Inclusiva de estudantes com Deficiência Visual.

Título (Ano)	Conhecendo a deficiência visual em seus aspectos legais, históricos e educacionais (2015).
Autor e Data	Josiane Pereira Torres e Vivian Santos.
Objetivo	Apresentar os principais conceitos relacionados à Deficiência Visual no que diz respeito às legislações específicas, aspectos históricos e educacionais, com o intuito de ampliar as discussões sobre essa temática.
Título (Ano)	Deficiência visual: caminhos legais e teóricos da escola inclusiva (2020).
Autor e Data	Fabiane Maia Garcia e Aissa Thamy Alencar Mendes Braz.

Objetivo	O estudo buscou mostra os aspectos necessários para a inclusão escolar, com análise das políticas públicas que asseguram o processo de ensino-aprendizagem às crianças com necessidades específicas. Objetivou-se identificar as demandas formais e legais que existem para garantir o acesso e a permanência nas escolas, assim como as condições estruturais, necessárias ao atendimento.
Título (Ano)	O processo de inclusão de estudantes com deficiência visual na educação comum (2020).
Autor e Data	Ortelina Maiara Farias Ferreira.
Objetivo	Discutir o processo de ensino aprendizagem dos estudantes com deficiência visual no ensino comum.

Observa-se que os estudos acima os quais serão trabalhados na perspectiva da categoria citada, estão desenvolvidos no intervalo de tempo de 2015 a 2020.

O trabalho de Torres e Santos (2015) deixa claro que o conhecimento dos aspectos históricos sobre os estudantes com deficiência visual é importante para a atuação efetiva com ele, e que sua necessidade especial sempre foi o motivo da exclusão na sociedade e na Educação Especial nos tempos antigos. Esse problema foi sendo solucionado a medida em que se conhecia mais sobre a deficiência, pois em termos educacionais isso auxiliaria o trabalho do professor em relação a prevenção, já que ele poderia evitar acidentes parecidos em sua aula afim de que nenhum estudante pudesse adquirir tal deficiência. Ferreira (2020) traz a relevância do espaço físico e disposição do mobiliário na escola como importante

fator para criar o hábito de compreensão e identificação local, além de evitar incidentes.

Na pesquisa de Torres e Santos (2015) é dito que o diagnóstico precoce da deficiência visual pode contribuir para o desenvolvimento do estudante. O professor deve estar atento aos sinais de possíveis problemas oculares, utilizando a carga horária das aulas no decorrer da vida educacional como principal fator para tornar essa ajuda possível.

Além do processo educacional assegurar que o estudante com deficiência visual permaneça na escola, ainda deve ser garantido que ele tenha o apoio especializado para seu desenvolvimento. Tanto Garcia e Braz (2020) como Ferreira (2020), concluem que a condução correta do processo de ensino-aprendizagem é o que vai gerar crescimento nos resultados dos estudantes.

Analisado alguns aspectos sobre estudantes com Deficiência Visual e ações docentes sobre essa perspectiva, entramos no âmbito específico de aspectos históricos relevantes a Educação Especial e Inclusiva. Torres e Santos (2015) falam que os estudantes com deficiência visual fazem parte do Público-alvo da Educação Especial, garantindo o direito de receber atendimento especializado em ambientes instituídos especificamente para essa prática no seu contra turno escolar, com o objetivo tanto de suporte educacional como permanência escolar, além do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais que busca sua participação nas atividades escolares.

Estes mesmo autores além de Garcia e Braz (2020) atentam para a importância da Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no processo de incluir estudantes com deficiências em seu contexto. Assim como a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 que assegura no seu 5º artigo a garantia de atendimento aos estudantes com deficiência.

Garcia e Braz (2020) citam também sobre o Atendimento Educacional Especializado, que além de atuar na aprendizagem, também diz respeito a sua formação como cidadão e eliminação das barreiras no desenvolvimento. O decreto nº 7611 também tem sua importância para estes autores, principalmente sobre o campo da Educação Especial, propondo a integração de forma universal do ensino

para todos os deficientes e garantindo as adaptações necessárias para a inclusão no ensino regular.

Finalizadas as análises, Torres e Santos (2015) concluem que atualmente existe avanço da inclusão de estudantes com deficiência visual em todos os campos sociais existentes, principalmente se comparado aos tempos antigos, o que gera otimismo ainda maior para o futuro, mas que ainda há um percurso enorme a se correr para a real efetivação dos direitos, atendimento e adaptação dos meios educacionais e pedagógicas, a serem oferecidos para garantir acessibilidade, pois ainda são insuficientes, visão compartilhado por Garcia e Braz (2020).

Em contraponto, Ferreira (2020) confirma que para a inclusão do estudante com deficiência visual ocorrer, o professor precisa de melhores condições de trabalho e de processos formativos específicos para a abordagem, e que a falta de qualificação é uma barreira grande a ser vencida. Mas que não é a única, pois uma postura individual do professor e o próprio preconceito frente a esta realidade difícil de inclusão deve ser superado.

Abaixo está destacado no quadro 2 os documentos que embasam a categoria Educação Física na perspectiva inclusiva com o conteúdo da Dança:

Quadro 2 – Estudos que abordam a Educação Física na perspectiva inclusiva com o conteúdo da Dança.

Título (Ano)	Dança e Educação: um olhar numa perspectiva da inclusão (2010).
Autor e Data	Alessandra Matos Terra, Diego Ferreira Tonietti e Marlini Dorneles de Lima.
	Estudar as possibilidades da dança como conteúdo das aulas de educação física numa perspectiva inclusiva, atenuando com a cultura do “corpo ideal” que permeia não só no contexto da dança, onde valoriza o corpo jovem

Objetivo	em detrimento ao idoso, o magro sobre o gordo, levando a uma série de hierarquizações que finalizam por manutenção da ordem estabelecida, ocasionando o equívoco de que existe um corpo que pode e outro que não pode dançar.
Título (Ano)	Dança Inclusiva: currículo e formação profissional (2020).
Autor e Data	Dayane da Silva Oliveira.
Objetivo	Analisar o currículo dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física e Dança para saber em que medida subsidiam o trabalho com a inclusão.
Título (Ano)	Dificuldades e desafios para o ensino da dança, nas aulas de Educação Física, no Ensino Fundamental II (2015).
Autor e Data	Edsanra Dutra da Cruz e Márcia Cristina Rodrigues da Silva Coffani Coffani.
Objetivo	Investigar as dificuldades pedagógicas que professores de Educação Física enfrentam para ensinar dança, no Ensino Fundamental II, em escolas estaduais de S. J. dos Quatro Marcos/MT.

Observa-se que os estudos acima os quais serão trabalhados na perspectiva da categoria citada, estão desenvolvidos no intervalo de tempo de 2010 a 2020.

No contexto da Educação Física na perspectiva inclusiva com o conteúdo da Dança, Terra, Tonietti e Lima (2010) falam que a proposta da dança em perspectiva educacional é uma forma de experimentar a individualidade dos corpos e suas possibilidades de se movimentar e comunicar. Essa temática da dança requer atenção principalmente no aspecto de manifestação artística da cultura corporal que possibilita expressões e movimentos com o corpo.

Dentro da perspectiva educacional, o processo de inclusão implica no desenvolvimento e na mudança de paradigmas, onde suas vertentes baseiam-se no apoio mútuo e na consideração com as diferenças de cada estudante (TERRA; TONIETTI; LIMA, 2010). Os autores também falam que o ensino da dança na perspectiva inclusiva, deve ser realizada a partir da realidade dos estudantes e organizadas de forma a inseri-los corretamente no processo de ensino-aprendizagem, para não dificultar e criar barreiras. A concepção de dança inclusiva acarreta maior respeito aos limites de cada um, assim como o incentivo no desenvolvimento.

Essa diversidade da dança inclusiva e daqueles envolvidos no seu processo, torna necessário um importante e relevante ato de reflexão e análise sobre as propostas colocadas pelos PCN's, que indicam dentro da Educação Física os princípios a inclusão e diversidade num processo de aprendizagem, orientando as decisões pedagógicas, desde a construção do plano de ensino até os sistemas de avaliação (TERRA; TONIETTI; LIMA, 2010).

O estudo de Cruz e Coffani (2015) faz ressaltas sobre a atuação docente no processo de dança inclusiva, afirmando que as propostas pedagógicas que trabalhem os aspectos criativos no ensino da dança possuem dificuldade de execução pelos professores que ainda ligam sua didática em uma visão tradicional. A formação dos professores, é um dos principais pontos críticos para o não ensino dessa prática corporal na escola e em específico nas aulas de Educação Física. Esses docentes não visualizam o conteúdo como primordial, diferentemente das

demais práticas esportivas, o que não garante que a dança seja realmente ensinada. Oliveira (2020) garante que uma formação apropriada sobre o conteúdo da dança nos cursos de Educação Física é indispensável.

Cruz e Coffani (2015) compreendem que dentro da formação profissional, uma única disciplina sobre a dança nos cursos de graduação de Educação Física não garante aprofundamento necessário para dar segurança ao professor de trabalhar com essa temática, assim como a inexistência de extensões nos cursos que possam ampliar as experiências nessa área.

Esses pensamentos propostos revelam a importância da formação continuada constante do professor, para manter seu desempenho atualizado e sua qualificação profissional em determinadas áreas. Independente dessas condições de formação e atuação na escola, é constatado que falta conhecimentos metodológicos em professores de Educação Física que orientem a prática pedagógica, “silenciando” o ensino por não saberem o processo correto de condução do estudante com a dança.

Mas a ausência do ensino da dança não é vista apenas como fator proposto por professores e pela sua formação, mas também por estudantes que estereotipam e discriminam o ensino desse conteúdo por uma visão que há muito deve ser superada: a dança como prática primordialmente técnica e de cunho do gênero feminino (CRUZ; COFANNI, 2015).

Terra, Tonietti e Lima (2010) concluem os pensamentos sobre Educação Física na perspectiva inclusiva sobre o conteúdo da Dança que a busca na construção educacional de uma sociedade mais igualitária, pode mostrar que a dança escolar contribui para a educação do sujeito crítico, ao mesmo tempo que desmistifica o paradigma de que existe o corpo certo para a prática da dança.

O educar pela dança não significa moldar as pessoas em um padrão, mas sim mostrar aos estudantes à possibilidade de se expressar. Cruz e Coffani (2015) conclui que independente do tipo de deficiência, a arte da dança é um elemento de inclusão e prevenção nos ambientes educacionais. Os autores ressaltam também que as perspectivas no processo formativo que o professor encontra, vão auxiliar suas estratégias de intervenção, principalmente relacionadas

com as práticas corporais que efetivem a participação dos estudantes. A formação inclusiva, deve ser buscada pelo docente como uma barreira além do que o Ensino Superior dispõe, pois é comum que dentro da carga horária das disciplinas, os processos inclusivos não estejam atrelados como conteúdo para dar fundamento básico ao professor.

Abaixo está destacado no quadro 3 os documentos que embasam a categoria adaptações metodológicas de professores da Educação Física:

Quadro 3 – Estudos que abordam adaptações metodológicas de professores da Educação Física.

Título (Ano)	Inclusão de estudantes com deficiências em programas de Educação Física: adaptações curriculares e metodológicas (2013).
Autor e Data	Mey de Abreu van Munster.
Objetivo	Discutir o papel das adaptações curriculares e metodológicas (estratégias de ensino; recursos pedagógicos) no processo de inclusão de estudantes com deficiências em programas regulares de Educação Física Escolar.
Título (Ano)	Educação Física e pessoas com deficiências: considerações sobre as estratégias de inclusão no contexto escolar (2009).
Autor e Data	Elizabeth de Cássia Bianconi e Mey de Abreu van Munster.
	Investigar as estratégias de inclusão voltadas às pessoas com deficiências

Objetivo	nas aulas de Educação Física Escolar da rede regular de ensino, analisando o processo histórico-social em que o indivíduo está inserido.
Título (Ano)	Adaptações curriculares nas aulas de Educação Física envolvendo estudantes com Deficiência Visual (2017).
Autor e Data	Camila de Moura Costa e Mey de Abreu van Munster.
Objetivo	Analisar e descrever as adaptações nos elementos base do currículo comum, empregadas por professores de Educação Física, voltadas à participação de estudantes com deficiência visual.

Observa-se que os estudos acima os quais serão trabalhados na perspectiva da categoria citada, estão desenvolvidos no intervalo de tempo de 2009 a 2017.

O trabalho de Munster (2013) verifica que dois dos principais desafios educacionais da atualidade é a inclusão de estudantes com deficiência nas diferentes áreas do conhecimento e refletir sobre adaptações curriculares na Educação Física. Bianconi e Munster (2009) chamam atenção para o primeiro aspecto, onde não é suficiente apenas matricular as crianças com deficiência no ensino regular, mas sim que todos os envolvidos nesse processo inclusivo estejam preparados e que tenham subsídios disponíveis para incluir efetivamente esses estudantes no sistema, e que façam deste um ambiente inclusivo.

Já Costa e Munster (2017) destacam o segundo aspecto apresentado anteriormente, citando que as adaptações curriculares pretendem proporcionar

igualdade de oportunidades de acesso dos estudantes com deficiência no currículo escolar, favorecendo seu aproveitamento educacional.

Estes mesmos autores mostram que a igualdade de oportunidades trabalha em consonância com a diversidade na sala de aula, e que consiste em possibilitar a todos os estudantes a participação nos conteúdos educacionais. As individualidades presentes nas características dos estudantes não permitem generalizações educacionais, mas sim propostas de adaptações curriculares e metodológicas (MUNSTER, 2013). Essas adaptações são pouco discutidas no meio acadêmico e nos projetos pedagógicos das instituições, sobretudo na Educação Física.

A pesquisa de Munster (2013) mostrou que o acesso a conteúdo diversificados devem atender as necessidades educacionais de estudantes com deficiência mediante adaptações. Essas adaptações citadas na sua obra dizem respeito aos seguintes itens: instrução; equipamentos e materiais, realizados para tornar os equipamentos adaptados as necessidades do estudante deficiente; espaço físico, normalmente percebidas pelas dificuldades dos estudantes de se adaptar no local; regras, que irão garantir a inclusão de forma igualitária para todos os estudantes. Porém, essas adaptações também dependem de fatores iniciais para sua promoção, como: análise da situação, estudo das necessidades e possibilidades do estudante com deficiência, planejamento e organização das estratégias de ensino e recursos pedagógicos.

Seguindo a perspectiva de adaptações metodológicas de professores da Educação Física, Bianconi e Munster (2009) falam que existem estratégias relacionadas a ajudar o processo de inclusão de estudantes com deficiências que são: a tutoria, onde o professor prepara um estudante para auxiliar o aluno com deficiência, gerando benefícios no relacionamento, experiência, amizade e respeito a individualidade; o ensino colaborativo, que oferecem aos professores oportunidade de trabalhar em equipe composta por demais docentes preparados, especializados ou interessados em viabilizar o processo de inclusão; e a consultoria, caracterizada pelo envolvimento familiar e de outros profissionais de áreas de

atuação formando um grupo de apoio a desenvolver estratégias mediante suas experiências.

Retomando o processo de adaptações curriculares feitas pelo professor, dois grandes problemas são apontados por Munster (2013): o excesso de autonomia do professor de Educação Física em efetuar mudanças no currículo, descaracterizando conteúdos essenciais; e a rigidez de um currículo não maleável, impedindo sua adaptação para as necessidades dos estudantes com deficiência, frustrando o processo de ensino aprendizagem.

O mesmo autor concluiu que as adaptações precisam ser avaliadas e analisadas com constância, adequando-se as necessidades dos estudantes que periodicamente se alteram, requerendo novos ou diferentes ajustes. Já Costa e Munster (2017) fazem uma importante reflexão sobre incluir o esporte adaptado nas aulas de Educação Física, o que poderia chamar a atenção dos estudantes de forma geral sobre a deficiência, desenvolvendo a conscientização. Falam também que a avaliação de todos os estudantes deve ocorrer de forma não diferenciada, assim o professor pode verificar as potencialidade e necessidades dos estudantes com deficiência para estimulá-las corretamente, pensando sempre no processo de inclusão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste estudo foi analisar os aspectos teóricos que fundamentam a inclusão de estudantes com Deficiência Visual nas aulas de Educação Física com o conteúdo da Dança, através de diferentes abordagens sobre as temáticas presentes no contexto, como: os aspectos históricos sobre a educação de estudantes com Deficiência Visual; o trabalho do professor para a inclusão dos estudantes com deficiência; relação entre Deficiência Visual e Dança através dos Parâmetros Curriculares Nacionais da Arte; e as adaptações a serem realizadas para incluir os estudantes com Deficiência Visual na escola e nas aulas.

Em contexto geral, autores como Tinoco e Oliveira (2009), Sousa e Sousa (2016), Damiani e Rochefort (2013) e Golin (2002), levantam em seus estudos que os principais aspectos teóricos utilizados nessa temática dizem respeito sobre o contexto docente, onde o processo de inclusão no conteúdo ocorre através da formação superior docente; sua busca pela formação continuada para trabalhar; a estrutura e organização escolar na qual estará inserido; e nas adaptações necessárias para a inclusão efetiva nas aulas.

Foi possível perceber que a trajetória de atendimentos educacionais para os estudantes com Deficiência Visual está relacionada com a história da Educação Especial, que advinda do exterior, começou a criar suas raízes no Brasil frente uma realidade esquecida e pouco explorada quanto aos cuidados educacionais e específicos para estudantes com deficiências e outros transtornos. Os ganhos instrumentais e institucionais para o ensino de estudantes com Deficiência Visual que a dissipação das propostas educacionais obteve, porém, não acabou com a barreira da integração, já que nessas instituições não era ofertada o ensino para esses estudantes nas classes comuns do ensino regular. Problema esse, que passa a ser resolvido com a Declaração de Salamanca, que integra os estudantes deficientes nas classes regulares de ensino, tornando a inclusão um dever de todo o corpo escolar, já que para que haja uma real educação inclusiva, necessita-se de uma estrutura física e educacional que atenda às necessidades dos estudantes deficientes.

No corpo escolar, os docentes precisam estar preparados para adequar seu trabalho a realidade do ambiente e dos alunos, além de necessitar de uma formação que lhe propicie o conhecimento teórico e prático necessário para efetivar o desenvolvimento e aprendizado dos estudantes. Porém, a questão da problematização da formação docente para a inclusão do estudante com deficiência, acarreta não somente na necessidade do professor precisar de melhores condições de trabalho, mas também de processos formativos específicos, mostrando que a falta de qualificação é uma barreira grande a ser vencida assim como uma postura individual do professor e o próprio preconceito frente a esta realidade difícil de inclusão.

No caso de docentes da área da Educação Física, o trabalho com a cultura corporal é de eximia importância, pois variados conteúdos como a Dança, necessitam de um trabalho baseado na orientação e mobilidade além da quebra de visão estereotipada sobre o conteúdo. Adequar esse conteúdo para os estudantes com Deficiência Visual, torna benéfico o trabalho para os estudantes sobre as capacidades perceptivas e motoras que são déficits dessa deficiência, e dão a oportunidade da liberdade de expressão através dos movimentos além da interação social através da arte. A dança escolar contribui para a educação do sujeito crítico e desmistifica o paradigma de que existe o corpo certo para sua prática.

Todo esse aprendizado pode ser efetivado através de adaptações as quais o professor realizará. Não deve ser empregado um método ideal para a inclusão, pois tanto os conteúdos como os estudantes estão em constante mudança e necessitam de análises contínuas.

Atualmente existe avanço da inclusão de estudantes com Deficiência Visual em todos os campos sociais existentes, principalmente se comparado aos tempos antigos, o que gera otimismo ainda maior para o futuro, mas que ainda há um percurso enorme a se correr para a real efetivação dos direitos, atendimento e adaptação dos meios educacionais e pedagógicas, a serem oferecidos para garantir acessibilidade, pois ainda são insuficientes. Os estudantes com deficiência possuem direitos que tornam sua inclusão escolar obrigatória, pautada sobre a

visão de formar um cidadão preparado para desempenhar papéis ativos socialmente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juliana Buosi de; COFFANI, Márcia da Silva Cristina Rodrigues. Educação Física Escolar: reflexões e perspectivas em relação a inclusão do aluno com deficiência. **Revista da Educação**. Campinas, n. 28, p. 55-67, jan/jun 2010.

ANDREANI, Fabiana; NUNES, Patrícia da Silva. Dançar especial: dança como fator de desenvolvimento e inclusão social. In: XII Congresso Nacional de Educação. 2015, São Paulo. **Anais ...** Paraná: Instituto Federal de São Paulo, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BIANCONI, Elizabeth de Cássia; MUNSTER, Mey de Abreu Van. Educação Física e pessoas com deficiências: considerações sobre as estratégias de inclusão no contexto escolar. **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. PUCPR. P. 6011 – 6020. 2009.

BORGES, Tamires Coimbra Bastos; SILVA, Silvana Maria Moura da; CARVALHO, Mariza Borges Wall Barbosa de. **Deficiência Visual: dificuldades e estratégias do professor no processo de inclusão escolar no ensino médio**. São Luís: 2016. 193 f. Dissertações (Mestrado) - Universidade Federal do Maranhão, 2016.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. 4 ed. São Paulo: EDUC, 2007.

BRASILEIRO, Livia Tenório. O ensino da dança na Educação Física: formação e intervenção pedagógica em discussão. In: **Motriz**, v. 14, n. 4, out. /Dez. Rio Claro: UNESP, 2008. p. 519- 528.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto No 5.296 de 2 de Dezembro de 2004**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 130p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARMO, Apolônio Abadio do. Atividade Motora Adaptada e Inclusão Escolar: caminhos que não se cruzam. In: RODRIGUES, DAVID, **Atividade Motora Adaptada: a alegria do corpo**. São Paulo: Artes Médicas, 2006. p. 51-62.

CARVALHO, Lurdes Ávila; LEBRE, Eunice. “Dança na Educação Física: princípios metodológicos. In: MONTEIRO, Elisabete; ALVES, Maria João. **Livro de Atlas do SIDD**. Portugal: Faculdade de Motricidade Humana, 2011. p. 307-319.

CASTRO, R. R. C. S. **A importância do Centro de apoio Pedagógico – CAP no processo de Inclusão escolar da pessoa portadora de deficiência visual**. São Luís, Monografia, Universidade Federal do Maranhão, 2003.

CHAHINI, Thelma Helena Costa. **Os desafios do acesso e permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais nas instituições de educação superior de São Luis - MA**. São Luis, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Maranhão, 2005.

CIDADE, Ruth Eugênia; FREITAS, Patrícia Silvestre. Educação Física e Inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. **Revista Integração**, ano 14, Brasília: 2002.

COLETIVO DE AUTORES. A Educação Física no Currículo Escolar: Desenvolvimento da Aptidão Física ou Reflexão sobre a Cultura Corporal. In: COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

CONDUTA, Fabrício Lopes. A importância da Propriocepção. Uma revisão BIBLIOGRÁFICA. EFDesportes.com, **Revista Digital**. Buenos Aires, Ano. 16, N. 165, Fev. 2012.

COSTA, Camila de Moura; MUNSTER, Mey de Abreu Van. Adaptações curriculares nas aulas de Educação Física envolvendo estudantes com Deficiência Visual. **Revista brasileira de educação especial**. V. 23 n. 3, Jul-Sep, 2017.

COSTA, Vanderlei Balbino da. Inclusão escolar na educação física: reflexões acerca da formação docente. **Motriz**, Rio Claro, v.16 n.4 p.889-899, out. /Dez. 2010.

CRENZEL, Gabriela Judith; MENDONÇA-ALVES, Ana Silvia; ARAÚJO, Glauciê Gleyds; BASTOS, Abelardo. Onde as crianças brincam? Repensando a educação em tempos de pandemia. **Revista de Pediatria SOPERJ**, Rio de Janeiro, 2020.

CRUZ. Cátia Maria Paim da. **Integração escolar do aluno com cegueira: da interação à ação**. 2002. 182f. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia.

CRUZ, Edsanra Dutra da; COFFANI, Márcia Cristina Rodrigues da Silva Coffani. Dificuldades e desafios para o ensino de dança, nas aulas de educação física, no ensino fundamental II. **Revista Kinesis**, Santa Maria, v. 33, n. 1, p.87-102, Jan/jun. 2015.

DAMIANI, Magda Floriana; ROCHEFORT, Renato Siqueira; CASTRO, Rafael Fonseca de; et. al. Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. **Cadernos de Educação**. Pelotas: FaE/PPGE/UFPel, v.45, p. 57-67, mai/ago. 2013.

DORNELES, Claunice Maria; PAVAN, Ruth. **A concepção de in/exclusão da pessoa com deficiência visual na perspectiva histórica**. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, n. 38, p. 151-168, Jul. /Dez. 2014.

FERREIRA, Ortelina Maiara Farias. **O Processo de Inclusão de Estudantes com Deficiência Visual na Educação Comum**. 19 f. 2020. Trabalho de Conclusão do Curso em Inclusão e Diversidade na Educação – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2020.

FERNANDES, Mayra Matias; COSTA FILHO, Roraima Alves da; IAOCHITE, Roberto Tadeu. Auto eficácia Docente de Futuros Professores de Educação Física em Contextos de Inclusão no Ensino Básico. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.25, n.2, p.219-232, Abr.-Jun., 2019.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GARCIA, Fabiane Maia; BRAZ, Aissa Thamy Alencar Mendes. Deficiência visual: caminhos legais e teóricos da escola inclusiva. **Avaliação de Políticas Públicas em Educação**. v. 28 p. 108 Jul.-Sep. 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOLIN, Andréa Feller. **Dança e Movimento**: um significado para a pessoa portadora de deficiência visual. Santa Catarina. 2002.

GORGATTI, Marcia Greguol. **Educação física escolar e inclusão**: uma análise a partir do desenvolvimento motor e social de adolescentes com deficiência visual e das atitudes dos professores. 2005. Tese (Doutorado em Biodinâmica do Movimento Humano) – Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XIX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

LEMOS, Edison Ribeiro. A educação dos cegos. In: **Contato**. São Paulo: Laramara. Ano 4. N 6. p. 7-19. Set. 2000.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MEIER, Juline Kuhn; KAUFMANN, Lisete Hahn. Os benefícios da dança para o desenvolvimento do ser humano. **Proposta curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Formação Inicial para a educação infantil e Séries Iniciais**. Florianópolis: COGEN, 1998.

MONTEIRO, Elisabete. “Brincar” a dança... In: MONTEIRO, Elisabete; ALVES, Maria João. **Livro de Atlas do SIDD**. Portugal: Faculdade de Motricidade Humana, 2011. p. 197-209.

MUNSTER, Mey de Abreu Van; ALMEIDA, José Júlio Gavião de. Um olhar sobre a inclusão de pessoas com deficiência em programas de atividade motora: do espelho ao caleidoscópio. In: RODRIGUES, David. **Atividade Motora Adaptada: a alegria do corpo**. São Paulo: Artes Médicas, 2006. p. 81-92.

MUNSTER, Mey de Abreu Van. **Atividades recreativas e deficiência: perspectivas para a inclusão**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

MUNSTER, Mey de Abreu Van. Inclusão de estudantes com deficiências em programas de Educação Física: adaptações curriculares e metodológicas. **Revista da Sobama**, Marília, v. 14, n. 2, p. 27-34, Jul./Dez, 2013

OLIVEIRA, Dayane da Silva. **Dança inclusiva: currículo e formação profissional**. PUC: Goiás, 2020.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial Sobre a Visão; 2019**.

PARANÁ. **Educação Física Vários Autores**. Curitiba: SEED-PR, 2006. 248 p.

PFEIFER, Luzia Iara; DEFINA, Renata Andrea Aquino. Dança como recurso terapêutico ocupacional junto a crianças com deficiência visual. **Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 22-33, 2008.

REBELO, Patrícia Carla Portugal dos Santos. **A importância da dança, enquanto terapia, na inclusão de crianças com paralisia cerebral**. 2014. 164f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação na Especialidade em Educação Especial: Domínio Cognitivo-motor) – Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa, 2014.

RODRIGUES, David. As Dimensões de Adaptação de Atividades Motoras. In: RODRIGUES, David. **Atividade Motora Adaptada: a alegria do corpo**. São Paulo: Artes Médicas, 2006. p. 29-38

RODRIGUES, David. As Promessas e as Realidades da Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais nas Aulas de Educação Física. In: RODRIGUES, DAVID, **Atividade Motora Adaptada: a alegria do corpo**. São Paulo: Artes Médicas, 2006. p. 63-70.

SILVA, Joale Jefferson da; SOUTO, Elaine Cappellazzo. A pessoa com deficiência visual: considerações sobre a sua participação nas aulas de educação física. **Revista Educação Especial: Departamento de Educação Especial**. Santa Maria. v. 28, n. 51, p. 181-192. Jan/abr 2015.

SOUSA, Ana Cleia da Luz Lacerda; SOUSA, Ivaldo Silva. A inclusão de alunos com deficiência visual no âmbito escolar. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 6, n. 3, p. 41-50, set/dez. 2016.

TANURE-ALVES, Maria Luíza; DUARTE, Edison. A inclusão do deficiente visual nas aulas de educação física escolar: impedimentos e oportunidades. **Acta Scientiarum Human and Social Sciences**, vol. 27, n. 2, p. 231-237, Maringá: 2005.

TERRA, Alessandra Matos; TONIETTI, Diego Ferreira; LIMA, Marlini Dorneles de. Dança e educação: um olhar numa perspectiva da inclusão. **IV Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte**. Brasília – DF. P. 808-817, 2010.

TINOCO, Daniele Freire; OLIVEIRA, Flavia Fernandes de. A inclusão do portador de deficiência visual nas aulas de Educação Física. **Revista Digital**. Buenos Aires, Ano 14, n. 138, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com>>. Acesso em 16 de Outubro 2019.

TORRES, Josiane Pereira; SANTOS, Vivian. Conhecendo a deficiência visual em seus aspectos legais, históricos e educacionais. **Educação: Batatais**, v. 5, n. 2, p. 33-52, 2015.

TREVISAN, Ana Lúcia. Mímesis em Reconstrução: Processos de Aprendizagem da Razão Comunicativa na Educação. **Perspectiva** (Florianópolis), Florianópolis – S: UFSC, v. 25, n. 34, p. 107-214, 2000.

TRIVIÑOS; Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.